



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo
2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



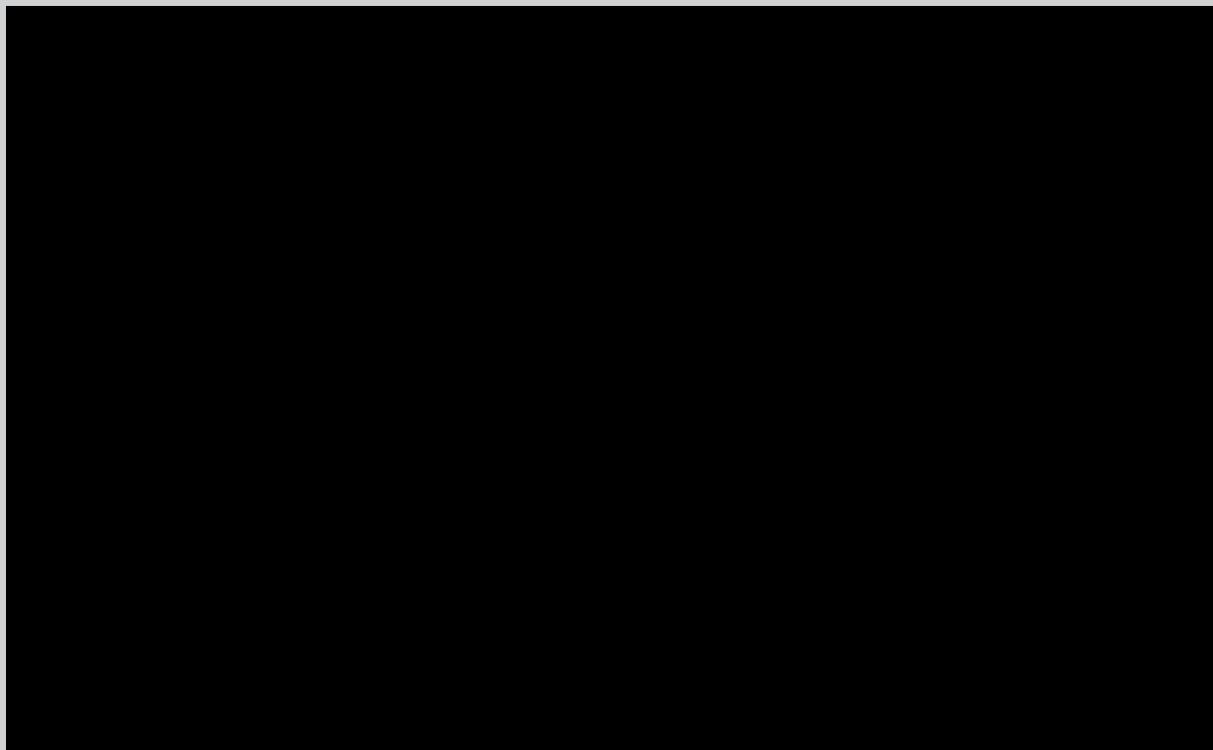


As fronteiras da África

Sumário

Vídeo da Semana	3
As fronteiras da África.....	3
Um início de conversa	3
Quadro 1 - A civilização Songhai	5
4.1 – Conflitos fronteiriços.....	7
4.2 – O Sudão do Sul	10
Referências bibliográficas	13
Bibliografia	13

Vídeo da Semana



As fronteiras da África

Um início de conversa

Com exceção dos limites fronteiriços de Marrocos, Argélia e Tunísia, estabelecidos pelo Império Otomano, as fronteiras africanas tiveram a sua origem nos tratados firmados pelas potências coloniais entre 1885 e 1926. Assim, as fronteiras coloniais precederam a formação dos Estados modernos na África e, em muitas situações, desconsideraram a distribuição das nações preexistentes. Esse fato tem provocado um grande debate relacionado à partilha colonial da África.

Segundo a ideia predominante, tais linhas de fronteira teriam sido desenhadas segundo os interesses externos, sem levar em consideração as diferenças e divergências entre grupos étnicos existentes numa mesma unidade territorial. Da mesma forma, em função do conhecimento restrito do interior do continente, o traçado das fronteiras coloniais teria sido definido geometricamente por meio de coordenadas geográficas (paralelos e meridianos) que uniam alguns pontos mais conhecidos, como o divisor de águas entre bacias hidrográficas, nascentes de rios e picos montanhosos. Esse procedimento seria a razão principal da artificialidade das fronteiras, que pouco representariam a realidade social e cultural do continente africano.

O estudo mais aprofundado dos países africanos revela que essas ideias dominantes não encontram respaldo na realidade e refletem muito mais uma visão estereotipada das questões fronteiriças africanas.

Toda fronteira é, ao mesmo tempo, um limite que separa e uma zona de contato, que propicia o intercâmbio e as trocas. O grau de porosidade das fronteiras depende das políticas de controle e vigilância dos países, podendo gerar diversos tipos de atividades legais e ilícitas.

No caso africano, dos 80.000 km de fronteiras entre os países, apenas 40% foram demarcadas no terreno. Em vista da extensão dos desertos e dos limites territoriais de difícil acesso, as fronteiras são muito mais faixas privilegiadas de contato e de atividades informais entre países vizinhos. Esses intercâmbios transfronteiriços são ainda mais intensos quando mantidos por meio de redes étnicas que já existiam anteriormente. Assim, os limites fronteiriços herdados do período colonial não representavam uma novidade para os povos que ali viviam, pois a África pré-colonial já era dividida por entidades políticas de tamanhos variados que agrupavam, frequentemente, grupos étnicos e linguísticos diferentes. Mesmo os grandes estados e impérios pré-coloniais nunca foram homogêneos do ponto de vista cultural: Estados comunitários como de Songhai, na África Ocidental, integravam diferentes tradições e representavam um sistema político que permitia a convivência, conflituosa ou não, de diversos grupos étnicos. Leia mais sobre a organização política e administrativa de Songhai no quadro 1.

Por sua vez, em algumas regiões africanas, a área de extensão das nações são maiores do que os territórios dos estados nacionais, como ocorre com os iorubás. Identificados por traços linguísticos comuns, a nação iorubá se estende do oeste da Nigéria até Benin. Esse exemplo

mostra que na África pré-colonial já existia a noção de fronteira e que esta poderia representar os limites das terras das famílias, chefias ou reinos.

Enfim, os estudos fronteiriços africanos são uma grande oportunidade para o aprendizado da Geografia. Em primeiro lugar, é preciso tomar cuidado na análise das diferentes realidades regionais, sob o risco de reforçarmos uma visão preconceituosa a respeito de outras culturas menos conhecidas. As delimitações fronteiriças africanas têm sido muito mais estáveis no decorrer da história do que o mapa político de outros continentes, como o europeu.

Um outro grande mito que precisa ser questionado é o da artificialidade das fronteiras africanas. Necessariamente, as fronteiras entre os países é sempre uma construção social e, no caso da África, não poderia ser diferente.

Quadro 1 - A civilização Songhai

O Império Songhai foi profundamente original quanto à organização política e administrativa. A forte estruturação do poder, a centralização sistemática e o absolutismo real são características que atribuíram uma coloração moderna à monarquia de Gao, distinguindo-a do sistema tradicional de federação de reinos, vigente nos impérios de Gana e do Mali [...]

Os Songhai adotaram dois sistemas de governo, de acordo com o território em questão. Um primeiro grupo compreendia as províncias conquistadas, governadas por chefes nomeados e demissíveis a qualquer momento pelo askiya. Estes governadores, hierarquizados, exerciam o poder soberano – exceto a justiça, confiada aos cádis. [...] O império era dividido em duas grandes províncias: Kurmina a oeste e Dendi a sudeste. A função do kurmina fari ou kanfari era exercida, com raras exceções, por príncipes de sangue, muito frequentemente pelo próprio príncipe herdeiro.

As cidades de comércio, como Tombuctu, Djenné, Tegahazza e Walata, gozavam de certa autonomia sob o governo de seus koy ou mondzo. As atividades comerciais e artesanais e a grande população requeriam a presença de muitos funcionários administrativos. Assim, em Tombuctu, além do cádi encarregado da justiça e do Tombuctu koy, chefe da cidade, havia extenso quadro de funcionários: o asara mondzo, espécie de comissário responsável pelo policiamento dos mercados e pela execução das sentenças do cádi, os inspetores de pesos e medidas,

os coletores de impostos dos mercados, os inspetores alfandegários de Kabara, os mestres de diversas profissões, os chefes das diversas subdivisões de etnias – agrupadas por bairros – e os comissários das cabanas dos subúrbios. Este pessoal formava o núcleo de uma administração eficaz nas grandes cidades [...]

A administração indireta concernia aos países vassallos ou tributários. O chefe do território era nomeado segundo os costumes locais e reconhecido pelo askiya. Disputas entre os pretendentes ou rebeliões contra a autoridade imperial, no entanto, aconteciam. Neste caso, o askiya intervinha e impunha seu candidato. [...] Os Estados haussa – Kano e Katsina –, o reino de Agadez, o Império do Mali, a federação tuaregue Kel Antessar (os Andassen de al-Sa’dī’), a de “Magcharen” (tuaregues de origem Sanhadja da região de Tombuctu-Walata) agrupavam-se nessa categoria, sendo mais ou menos tributários, de acordo com a orientação política de Gao. Seus soberanos deviam pagar tributos periódicos, enviar contingentes de guerreiros quando o imperador pedisse e manter boas relações com Gao através de visitas, presentes e casamentos.

Com estes vários sistemas de administração – o central, o provincial e o indireto, o Império de Gao conseguiu organizar as populações do Sudão nigeriano, manter pessoas e bens em segurança e alcançar grande desenvolvimento econômico.

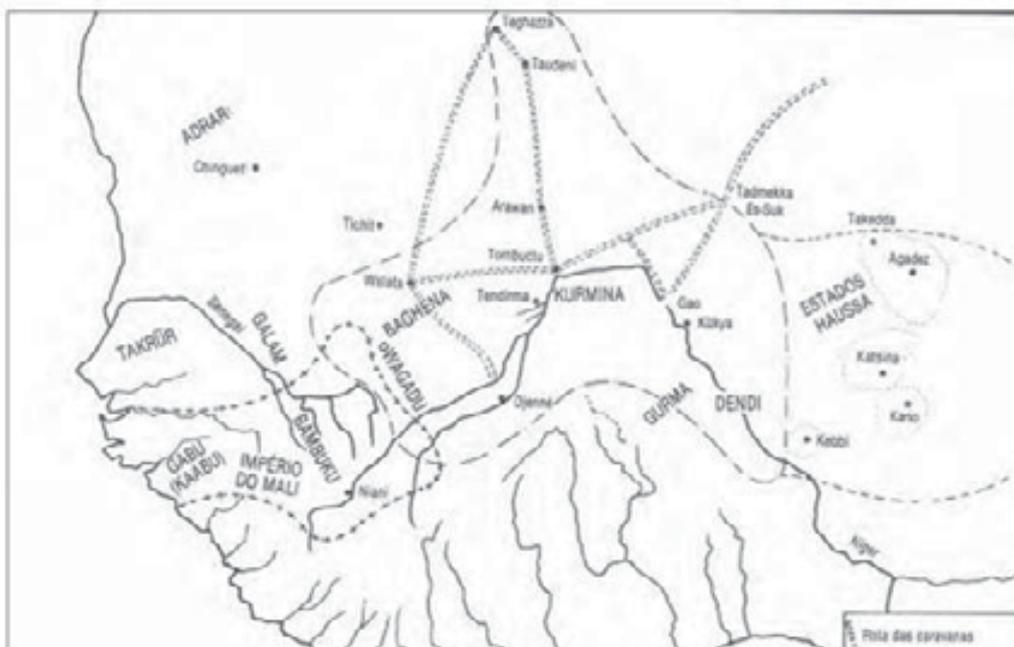


Figura 9 - Império Songhai - século XVI

Fonte NIANE, 2010, p. 218-224.

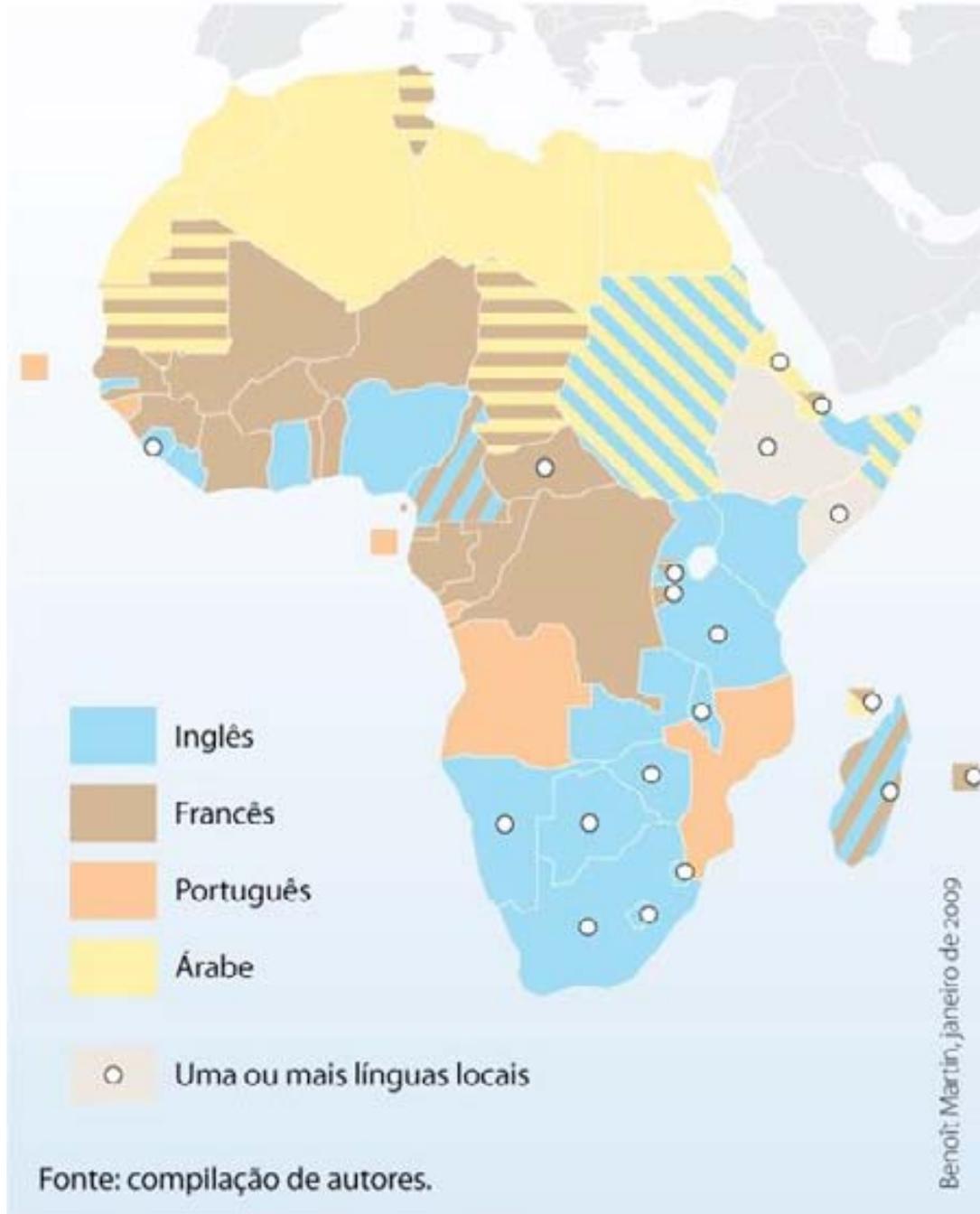
4.1 – Conflitos fronteiriços

A formação dos atuais países africanos manteve praticamente inalterada a divisão política do período colonial. Isso não quer dizer que a manutenção das fronteiras coloniais tenha sido um processo automático e sem contestação. Particularmente, o período entre 1956 e 1963 foi marcado por diferentes tipos de resistência à manutenção da divisão política colonial.

Foi neste contexto que surgiu, em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), antecessora da atual União Africana (UA). Seus países-membro adotaram o princípio do direito internacional da intangibilidade das fronteiras coloniais, segundo o qual seus signatários poderiam reivindicar a recuperação de territórios perdidos em caso de guerras ou de contestações dos vizinhos. Essa política foi fundamental para garantir o sucesso do processo de independência, que ganhou novo impulso na década de 1960. Por outro lado, reforçou ainda mais a tendência de manter os limites correspondentes dos antigos territórios coloniais.

As constituições nacionais dos jovens países foram baseadas nos modelos europeus e, na maioria dos casos, redigidas por constitucionalistas das antigas metrópoles. Aos poucos, a realidade do exercício do poder, baseado em alianças dos clãs e nas redes de solidariedade étnicas vem promovendo uma africanização do Estado. Vários países, por exemplo, procederam a uma descolonização toponímica, abandonando os nomes impostos pelos europeus, seja fortalecendo a denominação do país na língua local ou evocando feitos históricos do processo de independência. Assim, desde 1957, a Costa do Ouro passou a se chamar Ghana, por referência ao antigo Império Oeste-africano (que existiu naquele território entre o séc. VIII ao XI séc.). A República do Congo, formado em 1960 do antigo Congo Belga, rebatizou a capital Léopoldville para Kinshasa e, em 1971, mudou o nome do país para Zaire (“o rio”, na língua Kikongi). Da mesma forma, Dahomey passou a se chamar Benin, em 1975; a Guiné Portuguesa, de Guiné Bissau, em 1976; Haute-volta de Burkina Faso (“país dos homens íntegros”), em 1984; dentre outros exemplos.

A escolha da língua oficial foi uma decisão mais complicada, uma vez que os países africanos são compostos por numerosas comunidades linguísticas. A solução predominante foi manter a língua das antigas metrópoles: o português, o francês, o inglês. Em alguns países foi adotado o sistema bilíngue (em Camarões, por exemplo, o inglês e o francês; em Madagascar, o malgache e o francês). No norte da África, o árabe recuperou a primazia perdida durante a colonização europeia. Veja o mapa:



segundo Marie-Françoise DURAND, Philippe COPINSCHE
 Benoit MARTIN, Delphine PLACIDI,
 Atlas da mundialização, dossiê especial Brasil,
 São Paulo, Editora Saraiva, 2009

 SciencesPo.

Atelier de cartographie de Sciences Po, 2008.
www.sciences-po.fr/cartographie



Seul usage pédagogique en classe au sein de l'établissement est permis.
 Pour toute autre utilisation, contactez : carto@sciences-po.fr
 Pedagogical use only. For any other use, please contact us at: carto@sciences-po.fr



Figura 10 – Línguas oficiais a partir da colonização na África, 2008.

Fonte: http://cartographie.sciencespo.fr/cartotheque/BR_B05c_Langues_officielles_Afrique_2009.jpg

Levando em consideração a diversidade étnica e regional dos países africanos, uma das soluções encontradas para a gestão política do território nacional tem sido o federalismo, sistema político no qual as unidades federadas mantêm autonomia entre si, como ocorreu na Nigéria. Constituída em 1946 pela junção de três regiões colonizadas pelos britânicos, seu território tem sido sucessivamente subdividido para atender aos interesses étnicos e religiosos locais, garantindo a repartição da renda do petróleo entre diferentes grupos de interesse. Atualmente, a Nigéria possui 36 unidades federadas, com relativa autonomia política.

Considerando essas experiências políticas recentes dos Estados nacionais africanos, não existe fundamento para afirmar que as línguas, as fronteiras herdadas das colônias ou as etnias seriam a principal base dos conflitos fronteiriços no continente. Os conflitos armados entre grupos rebeldes ou entre forças governamentais e grupos rebeldes são abundantes na África, mas a grande maioria deles é resultado da violência política cujo objeto de disputa é o poder do Estado, seja pela ocorrência de eleições fraudulentas, afirmação do poder pela força e coerção ou barreiras que impedem a alternância do poder.

Ainda que as contestações da divisão territorial africana sejam pouco numerosas, cabe destacar a mudança do mapa político do continente com o processo de independência da Eritreia, que se separou da Etiópia em 1993.

Trata-se de um retorno à situação existente até 1962, quando a antiga colônia italiana deixou de ser tutelada pelo Reino Unido e foi anexada pela Etiópia. Desde então, o governo etíope nunca conseguiu eliminar o movimento separatista. Em 1991, um referendo popular decidiu, com ampla maioria, pela separação pacífica dos dois países, ainda que o acordo entre as partes não tenha conseguido estabelecer a fronteira comum.

Apesar da independência da Eritreia ter cumprido o cronograma, as divergências fronteiriças se acentuaram até a declaração de guerra da Etiópia, após a ocupação da região de Badme pelas tropas da Eritreia, em 1998 (MARIN, 2000).



Figura 11 - Fronteira entre a Etiópia e a Eritreia (1998)

Fonte: MARIN, 2000

Os dois países chegaram a um acordo de paz em dezembro de 2002, depois da perda de mais de 200 mil vidas. A situação ainda está indefinida, uma vez que a arbitragem internacional sob a coordenação da ONU decidiu que a cidade de Badme pertence a Eritreia, o que encontra resistência da Etiópia, que ainda ocupa a faixa de fronteira em litígio.

Outra questão aberta no mapa político da África é a do Sahara Ocidental, território em disputa pelo Marrocos e uma República sahariana apoiada pela Argélia. Com exceção desse caso e da “Guerra das pedras”, como ficou conhecido o conflito entre a Etiópia e a Eritreia, as fronteiras não representam a causa principal dos conflitos armados no continente africano.

4.2 – O Sudão do Sul

O princípio da intangibilidade das fronteiras definidas pela colonização pautou o ciclo de independência dos países africanos, iniciado nos anos 1950 e finalizado em meados de 1970. Apesar da retórica da unidade africana, a OUA temia a explosão de conflitos violentos, que de fato ocorreram nas poucas ocasiões em que grupos separatistas tentaram quebrar esse princípio: foi o que ocorreu em 1967, quando a tentativa frustrada de criação da República de Biafra no oeste na Nigéria resultou na morte de mais de um milhão de pessoas.

Por isso mesmo, a vitória esmagadora dos separatistas no referendo realizado na porção meridional do Sudão em janeiro de 2011 pode ser considerado uma guinada fundamental no processo de formação territorial dos estados africanos. Cerca de 99% da população se manifestou a favor da independência, mesmo sem nunca ter sido objeto de uma delimitação colonial. O sucesso da criação do Sudão do Sul pode pavimentar o caminho de movimentos separatistas organizados em toda a África Subsaariana, abrindo um novo ciclo de criação de Estados e redesenhando as fronteiras do continente.

O Sudão um dos países mais pobres do mundo, tornou-se independente do império britânico em 1956, já como um país dividido do ponto de vista étnico e cultural. No norte do país, onde está a capital, Cartum, a população é majoritariamente árabe e muçulmana; grande parte da população do sul permaneceu praticando as religiões animistas ancestrais ou optou pela conversão ao cristianismo durante o período colonial

A história recente do Sudão é atravessada por tensões e conflitos entre o norte e o sul, manifestados em duas guerras civis. A primeira, iniciada com a independência, durou até 1972; quando o sul conquistou uma ampla autonomia em relação à elite árabe do norte, que comandava o país. No início da década de 1980, porém, a companhia estadunidense Chevron descobriu imensas reservas de petróleo na porção meridional onde se localizam cerca de 75% das reservas sudaneses. Nesse contexto, o governo de Cartum tratou de revogar a autonomia, fechando o parlamento de Juba. A revolta do Sul explodiu em 1983, encabeçada pelo recém surgido Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS). O novo ciclo de guerra civil deixou um saldo de pelo menos dois milhões de mortos e quatro milhões de refugiados. O acordo de paz assinado em 2005 que encerrou essa segunda fase do conflito garantiu um elevado grau de autonomia para o sul, além de estabelecer a data para o referendo que teve lugar no início de 2011.

O opção pela independência, manifestada pela esmagadora maioria da população do sul, foi acatado pelas autoridades de Cartum. No entanto, a futura fronteira entre o norte e o sul ainda não foi definitivamente traçada e as áreas fronteiriças reivindicadas por ambas as partes são ricas em petróleo, o que funciona como fator de instabilidade, visto que o sul dispõe da maior parte das reservas, mas depende do norte para exportar o petróleo, já que não possui

11

saídas marítimas.

Leia a matéria publicada no Jornal o Estado de S. Paulo em 22 de maio de 2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,sudao-do-sul-acusa-norte-de-ato-de-guerra,722546,0.htm>



Além disso, não está ainda claro como vai funcionar o regime de cidadania, especialmente para as populações que praticam a transumância, circulando do norte para o sul de acordo com a alternância de estações secas e chuvosas. Sugerimos que esse processo seja acompanhado e discutido com os alunos, inclusive em seus desdobramentos para além das fronteiras sudanesas.



Figura 12 – O Sudão do Sul: fronteiras em definições
Fonte: Desmichelle, 2011

Referências bibliográficas

- DESMICHELLE, Marguerite. *Référendum au Sud-Soudan*. *Carto*, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.carto-presse.com/?p=86#more-86>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- MARIN, Cécile. *Ethiopie-Erythrée, une blessure toujours ouverte*. 2000. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/ethiopiemd049>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- NIANE, Djibril Tamsir. *África do século XII ao XVI*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. (*História geral da África*, v. 4).

Bibliografia

- ALENCASTRO, L. F. de. América. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1991. Suplemento Especial.
- ATKINS, G. P. *América Latina en el sistema político internacional*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinamericano, 1991.
- BARBOSA, R. A. *O Mercosul e a integração regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- BERNAND, C. *História do novo mundo: da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BRUNSCHWIG, H. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- CASTRO, T. *África: geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- DESMICHELLE, M. Le Soudan sur la voie de la partition? *Carto*, Paris, n. 03, p. 32-33, dez. 2010 – jan. 2011.

- DUBRESSON, A.; RAISON, J. P. **L'Afrique subsaharienne**: une géographie du changement. Paris: Armand Colin, 1998.
- FOUCHER, M. **Fronts et frontières**: un tour du monde géopolitique. 2ed. Paris: Fayard, 1991.
- FOUCHER, M. **L'Obsession des frontières**. Paris: Perrin, 2007.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GENTELLE, P. (Coord.) **Géopolitique du monde contemporain**: états, continents, puissances. Paris: Nathan, 2008.
- HIGA, T. C. S. (Org.) **Estudos regionais sul-americanos**: sociocultural, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- JOLLY, J. **Les chinois à la conquête de l'Afrique**. Paris: Pygmalion, 2011.
- LACOSTE, Y. **Géopolitique**: La longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2009.
- LAMBERT, J. M. **História da África Negra**. Goiânia: Kelps, 2001.
- LEMOS, A. I. G. de; ROSS, J. L. S.; LUCHIARI, A. (Org.) **América latina**: sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MBAYE, S. **L'Afrique au secours de l'Afrique**. Paris: Ouvrières, 2009.
- MCEVEDY, C. **Atlas of African History**. 2. ed. Inglaterra: Penguin, 1995.
- MENDONÇA, M. G. **Histórias da África**. São Paulo: LCTE Editora, 2008.
- O'GORMAN, E. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo Mundo e do sentido do seu devir. Tradução de Ana Maria Martinez Corrêa e Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- OLIC, N. B. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992.
- OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (Org.). **O Brasil, a América**

Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro; Lamparina: Faperj; Anpege, 2008.

- PÉREZ, M. A.; BLASCO, E. F.; BIRABENT, C. C. **L'Amérique latine face à son avenir:** América Latina en el siglo XXI. Paris: Ellipses, 2009.
- POURTIER, R. (Org.) **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient.** 2ed. Paris: Nathan, 2006.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. (Dir.). **Amérique Latine: nouvelle géopolitique. Hérodote,** Paris, n. 123, out./dez., 2006.
- REID, M. **O continente esquecido:** a batalha pela alma latino-americana. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- RESTREPO, J. M. **Carta de la Republica de Colombia.** Paris: Libreria Americana, 1827. 1 mapa, color., 24 cm x 19 cm. Escala 1:5.500.000.
- RIBEIRO, D. **Estudos de antropologia da civilização:** as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- ROUQUIÉ, A. **O extremo-ocidente:** introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.
- SADER, E.; JINKINGS, I.; NOBILE, R.; MARTINS, C. E. (Coord.). **Latino Americana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2006.
- SILVA, A. da C. e. **A África explicada aos meus filhos.** Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- SILVA, C. E. L. América do sul: bicentenário das independências. **Política Externa,** São Paulo, vol. 18, n. 03, dez. 2009 – fev. 2010.
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H. **História contemporânea de América Latina:** América Latina en siglo XX. Tradução de Carmen Martínez Gimeno. Barcelona: Crítica, 1996.

- THÉBAULT, V. (Coord.). **Géopolitique des amériques**. 2. ed. Paris: Nathan, 2009. 381 p.
- WEINTRAUB, S.; HESTER, A.; PRADO, V. R. (Org.). **Cooperação energética nas amé-ricas: entraves e benefícios**. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: A partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 1998.

Ficha da Disciplina:

Geografia Regional: América Latina e África

Curso de Especialização em Geografia

MÓDULO III

Disciplina: Geografia Regional -
América Latina e África

Regina Celia Correa de Araujo



Raul Borges Guimarães



Ementa:

Verifica-se no dia-a-dia da sala de aula a manutenção de leituras clássicas da regionalização global, como a Teoria do Desenvolvimento e a dos Lugares Centrais. O resultado tem sido o descolamento da discussão com os alunos de conteúdos essenciais que valorizem a diversidade étnico-cultural, a cultura da paz e da solidariedade entre os povos. Por causa destas preocupações, o curso propõe maior ênfase nos estudos da América Latina e África, procurando olhar para o mundo de um ponto de vista menos europocêntrico.

Palavras chaves:

América Latina, África, colonização e descolonização.

Estrutura da Disciplina

Geografia Regional: América Latina e África	1. As invenções da América	1.1 – O ideário hispoamericano 1.2 – A Invenção da América Latina 1.3 – O “Terceiro Mundo” Americano
	2. A formação dos Estados americanos	2.1 – O território colonial hispano-americano 2.2 – Independência e os novos estados nacionais
	3. África: colonização e descolonização	3.1 – A partilha da África 3.2 – A descolonização
	4. A fronteiras africanas	4.1 – Conflitos fronteiriços 4.2 – O Sudão do Sul
	5. América e África no mundo globalizado	5.1 – As organizações regionais sul-americanas 5.2 – As organizações regionais africanas

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Ana Maria da Costa Santos

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhão

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Lilium Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva